

Selo de Identificação da Participação da Agricultura Familiar: Signo de Identidade da Agricultura Familiar Brasileira

BARRETO, Simone de Brito¹; DELGROSSI, Mauro Eduardo²; BARBIERI, Camila Barreiros³ GUGEL, Jurandi Teodoro⁴

Resumo: Este trabalho se pauta pela possibilidade de provocar uma discussão sobre a identidade da categoria social da agricultura familiar (AF), tendo o Selo de Identificação da Participação da Agricultura Familiar (Sipaf) como sinal identificador. O Sipaf é uma política pública brasileira criada em 2009 pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva para atender à demanda dos movimentos sociais, os quais reivindicavam um instrumento que permitisse à sociedade conhecer a origem dos alimentos consumidos, que segundo o Censo Agropecuário de 2006 provinham em grandes proporções da agricultura familiar. O uso do Sipaf é de adesão voluntária e gratuita, e constitui um sinal identificador dos produtos oriundos da agricultura familiar, tendo por objetivo fortalecer a identidade social dessa categoria perante os consumidores, informando e divulgando a presença significativa da AF por intermédio dos produtos que chegam aos lares brasileiros. A política surgiu como um reconhecimento oficial dessa categoria social, e ao longo dos oito anos da sua implementação, o selo já beneficiou aproximadamente cento e cinquenta e cinco mil agricultores, identificando mais de vinte sete mil produtos oriundos da agricultura familiar brasileira. Os símbolos carregam significados, como união, justiça, direito, paz, amor, nascimento, fertilidade, e trazem dessa forma elementos de identificação, que remetem os indivíduos aos seus lugares de origem, lutas de classe, organizações sociais, contribuindo dessa forma para a manutenção da memória em um mundo cada vez mais globalizado. E o reconhecimento de uma identidade favorece a criação de laços sociais entre desconhecidos, que, muitas vezes, fazem parte de um mesmo grupo. Identificar a categoria dos agricultores familiares pode significar ter o conhecimento e o entendimento das suas singularidades e peculiaridades, tendo como base principal a família, inserida em um contexto de diversidade produtiva e de reprodução social. O Sipaf poderá propiciar a construção de uma identidade de autoafirmação para os agricultores familiares brasileiros, trazendo a possibilidade de ampliar o reconhecimento da categoria perante a sociedade brasileira, ampliando o conhecimento sobre essa forma peculiar de fazer agricultura, que associa a produção de alimentos a questões econômicas, sociais, culturais e ambientais.

Palavras-chave: Sipaf, agricultura familiar, identidade, símbolo.

Introdução

A história da humanidade é carregada de símbolos que representam a manutenção da memória de tempos longínquos, que em muitos casos refletem em nossas ações e formas de vida atual. Um dos símbolos mais conhecidos da história recente da

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Agronegócio da Universidade de Brasília (Propaga/UnB); flordeumbuzeiro@gmail.com.

² Professor Associado da Universidade de Brasília, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Agronegócio (Propaga/UnB); delgrossi@unb.br.

³ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Agronegócio da Universidade de Brasília (Propaga/UnB); cabbarbi@hotmail.com.

⁴ Analista de Socioeconomia e Desenvolvimento Rural do Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola Epagri/Cepa jurandigugel@epagri.sc.gov.br

humanidade é a suástica, que representa a energia criativa do cosmo em movimento. Contudo, devido ao uso pelos nazistas na Alemanha, ela passou a ser um símbolo político-ideológico, que remete à memória da intolerância a grupos sociais e religiões durante a Segunda Guerra Mundial. Outro símbolo que nos remete ao mesmo período é a “estrela de judeu”, que tem origem na estrela de Davi, usada pelos seguidores do Judaísmo, mas que foi utilizada na época da Segunda Guerra Mundial para estigmatizar e excluir os judeus. As lutas das classes trabalhadoras, na sua grande maioria, estão representadas pelo símbolo do martelo e da foice, que foi criado durante a Revolução Russa, e representa a força dos camponeses e dos trabalhadores industriais.

Halbwachs (1990, p. 48) afirma que “a lembrança é em larga medida uma reconstrução do passado com a ajuda de dados do presente”, e para reconstituir uma lembrança são necessários dados e noções comuns, que tanto estão no espírito individual de cada um como no espírito do coletivo, sendo, portanto, necessários elementos que remetam a essa lembrança coletiva para a manutenção das memórias. Esses elementos podem ser o quadro político do momento, as obras de arte, a literatura, a música, as guerras, os monumentos, o início ou o término de grandes construções, entre outros (HALBWACHS, 1990). O autor aponta, ainda, que mesmo diante de demolições e reconstruções de bairros, ruas e avenidas, hábitos e costumes sobrevivem, mas essa sobrevivência está condicionada à memória dos lugares onde eles foram criados, como, por exemplo, a sombra de um muro, uma igreja, o recanto de uma rua, explicando desse modo a manutenção de nomes tradicionais de ruas, lugares, antigas lojas, caminhos, entre outros.

A manutenção da memória de um povo em tempos de globalização, seja dos meios de produção, dos serviços e das relações sociais, tem real importância para que os indivíduos pertencentes a determinados grupos não se isolem e percam os elementos que os tornam únicos e que são, por conseguinte, importantes para a manutenção da diversidade cultural, social, econômica e produtiva. Halbwachs (1990) aponta-nos que quando a memória de um acontecimento não tem mais o suporte de um grupo, estando dispersa por entre indivíduos perdidos nas novas sociedades, é necessário fixá-la por escrito, para que haja memória futura dos fatos do passado.

Santos (1996) assinala que “globalização e localização” e “globalização e fragmentação” são discussões que se refazem com frequência. Essa globalização que busca, ao menos em termos econômicos, possibilitar o encontro de todas as culturas do mundo tem trazido consigo preocupações para a sociedade, que visualiza constantemente

a perda de cultura dos grupos minoritários, e com isso o isolamento desses atores sociais, haja vista que nem sempre se reencontram nas culturas e costumes que lhes são apresentadas hegemonicamente pelo “mundo moderno”. Pois, como afirma Santos (1996, p. 21), “cada lugar, irrecusavelmente imerso numa comunhão com o mundo, torna-se exponencialmente diferente dos demais. Uma maior globalidade corresponde [a] uma maior individualidade”. Dessa forma, ressaltamos a necessidade de discutir e clarear para a sociedade as particularidades da agricultura familiar brasileira, no contexto de um país agrícola, onde a agricultura está cada vez mais inserida nas *commodities* mundiais e tem importante participação na balança comercial do país.

A categoria “agricultor familiar” emergiu no Brasil nos anos 1990, com atores sociais engajados nos movimentos sociais de lutas políticas, em que reivindicavam a construção de políticas públicas para a categoria, até então pouco atendida ou mesmo excluída das políticas para o meio rural, que beneficiavam somente os grandes produtores. Nas últimas décadas, houve um impacto positivo na construção e no fortalecimento da categoria social dos agricultores familiares, que passaram a ser protagonistas na construção e formulação das políticas públicas, deixando assim de ser meros coadjuvantes das intervenções do Estado. Nesse sentido, tem havido uma busca crescente, por parte da academia, da sociedade e dos movimentos sociais, de entendimento da categoria. O que ela representa? Quais são os seus significados?

Entendemos que a agricultura familiar representa a produção de alimentos no Brasil e no mundo, com a singularidade de inserir no sistema produtivo todos os integrantes da unidade familiar, garantindo dessa forma a presença da figura humana na agricultura, absorvendo a mão de obra rural, assegurando a melhoria da qualidade de vida no campo e na cidade, e produzindo alimentos vinculados à manutenção dos costumes alimentares que contam a história de um povo. Partindo dessa categorização da agricultura familiar, que, como conceitua Wanderley (1999), tem como base de produção e reprodução a família, o que mais essa categoria traz como simbolismo e significado que a difere das outras formas de fazer agricultura?

A busca por esse entendimento tem grande relevância não só para construir novas políticas públicas, mas também para fortalecer as existentes, como, por exemplo, a tratada neste artigo, o Sipaf. Essa política pública teve, na sua essência de formulação, a construção de um símbolo que identificasse socialmente a origem dos produtos que abastecem os lares brasileiros, visando levar ao consumidor informações sobre essa forma de produzir alimentos. De acordo com Incra (2009) e Bianchini (2015), Sipaf surgiu como

importante ferramenta para identificar os produtos oriundos da agricultura familiar, que a cada dia cresce tanto em produção como em qualidade, e também agregar valores cada vez mais exigidos pelos consumidores, como sustentabilidade, responsabilidade social e ambiental, valorização da cultura local e da produção regional.

O selo é visualizado por gestores públicos, extensionistas e agricultores familiares como um diferencial competitivo para os produtos alimentícios, num mercado dominado por multinacionais que dispõem de um grande poder de *marketing* para se relacionar com os consumidores. Num relatório apresentado em 2013, a organização internacional Oxfam apontou que 10 empresas dominam o mercado de alimentos no mundo (OXFAM, 2013), criando dessa forma uma padronização dos alimentos consumidos mundialmente, assim como a uniformização da legislação sanitária, que tem promovido a exclusão e/ou o condicionamento das formas de produzir e comercializar dos agricultores familiares. Como exemplo podemos citar o caso dos queijos mineiros, que ganharam diversos prêmios em todo o mundo pela sua qualidade e singularidade de sabor e forma de fazer, mas é considerado um queijo clandestino dentro do Brasil.

Para os agricultores que têm a permissão de uso do Sipaf, assim como representantes de entidades da agricultura familiar – Fetraf, Contag, Sindicatos de Trabalhadores –, o selo é percebido como um símbolo da identidade social dos agricultores familiares, que passaram a ter o reconhecimento da sua condição de agricultor familiar, da sua forma de trabalhar, produzir alimentos e serviços para a sociedade. O Sipaf representa um sinal identificador de produtos oriundos da agricultura familiar, cujo objetivo é fortalecer sua identidade social perante os consumidores, informando e divulgando a presença significativa da agricultura familiar nos produtos que chegam à mesa do brasileiro.

Este trabalho tem por objetivo refletir sobre o uso do Sipaf como elemento símbolo da categoria social agricultores familiares, remetendo esse selo à manutenção das suas memórias e formas de trabalhar, possibilitando assim a unificação da categoria em torno de elementos que se reconheçam e se identifiquem.

Iniciamos com a proposta de trazer um panorama geral sobre símbolos, que poderão contribuir para caracterizar o *modus vivendi*, os produtos e o modo de produzir dos agricultores familiares, fatores estes que poderão contribuir para o fortalecimento desses símbolos em tempos de atividades globalizadas e de crise de identidade. A seguir, trouxemos algumas reflexões sobre a agricultura familiar e os seus elementos representativos, os quais têm pautado a construção de um símbolo que represente essa

categoria social; e, por fim, ponderamos acerca do Sipaf e de como ele pode tornar-se a marca dos agricultores familiares.

Para ser global, basta falar da sua aldeia

Em termos poéticos, Fernando Cabral apresenta-nos um mundo sem territórios ao dizer “[...] Não sou daqui, nem sou de lá; Não tenho idade nem futuro; Ser feliz é minha cor e identidade [...]”; mas, na realidade, temos símbolos que nos ligam aos territórios, como as linguagens próprias, as bandeiras que nos dão nacionalidades, os grupos sociais com os quais compartilhamos normas, hábitos, valores, costumes e objetivos.

Em tempos globalizados, em que diferentes origens, costumes e religiões se fazem presentes no dia a dia das pessoas, essas buscam por uma identidade territorial e coletiva, descortinando, dessa maneira, a busca por uma coesão social que está cada dia mais presente no quotidiano das pessoas, afirmando, assim, que fora do mundo da poesia as pessoas buscam uma identidade social, um local/território para se sentirem seguras. Elementos que nos dão identidade também são utilizados como forma de proteção contra falsificações sociais, como ressalta Goffman (1988), citando o caso em que um estudante tem que apresentar a carteira de identificação para poder ter o direito de apanhar livros emprestados em uma biblioteca. Segundo Goffman (1988, p. 109), “[...]os valores de identidade gerais de uma sociedade podem não estar firmemente estabelecidos em lugar algum, e ainda assim podem projetar algo sobre os encontros que se produzem em todo lugar na vida quotidiana [...]”.

Sgard (2015) afirma que o século XXI está dividido entre diferentes e opostas tendências – a globalização e a reivindicação de identidades. Corroborando com essa afirmação, Santos (1996), assinala que no âmbito do processo de globalização existem duas razões, a global e a local, e essas tanto se associam como se contrariam. E que a hegemonia trazida pelo processo de globalização cria, para a razão local, desordem, não só pelas mudanças funcionais e estruturais, mas, sobretudo, pela falta de um sentido, que, no caso dos processos globalizantes, visa apenas a globalização dos mercados. Santos (1996, p. 227) afirma que “[...] a globalização, em seu estágio atual, é uma globalização perversa para a maioria da Humanidade [...]”, pois cria uma “desterritorialização”, propiciando uma alienação do sujeito inserido nesse espaço. Nesse contexto, entendemos que a busca da categoria agricultura familiar por uma identidade vem nessa tendência de encontrar-se e afirmar-se como forma única de fazer agricultura num espaço cada vez

mais dominado e padronizado pelo *modus operandi* das grandes multinacionais, que determinam desde o tipo de sementes a plantar até o modo e o tempo de cultivo. E sem nenhuma relação com a história individual de cada grupo social, que, ao empregar o seu modo de fazer, está mantendo a história dos povos e nações para as gerações presentes e futuras.

De acordo com Verkuyten (2010), o assunto identidade é um dos temas dominantes das últimas décadas, sendo a questão central nas discussões sobre coesão social, diversidade cultural, inclusão social e globalização, pois, como afirma Cuhe (1999), a identidade de um indivíduo é caracterizada pelo conjunto de interações nos sistemas sociais – classe sexual, classe de idade, uma nação, etc. –, permitindo que os indivíduos se localizem e sejam localizados nesses sistemas, e dando a eles o sentimento de “fazer parte”. O mundo globalizado dessa forma, ao mesmo tempo que se torna pequeno pela proximidade propiciada pela tecnologia, torna-se imenso pela queda das fronteiras, e essa dualidade contribui para que as pessoas busquem a construção de novos espaços de proteção, através dos territórios e/ou grupos sociais de identidade.

A necessidade de manter as suas raízes e de fazer parte de algo singular fez com que a discussão sobre a identidade holandesa tivesse relevância quando o país aderiu ao bloco econômico da União Europeia (VERKUYTEN, 2010), visto que muitos cidadãos desse país se sentiram perdendo a identidade nacional. Essa preocupação não é de todo infundada, pois, como diz Costa (2004, p. 03), os processos de globalização, principalmente dos mercados, têm contribuído para “[...] o enfraquecimento do Estado nacional, que se define na medida em que não consegue mais controlar dinâmicas que extrapolam seus limites territoriais [...]”. Para o autor, esse definimento vem da perda de prerrogativas econômicas, sociais e culturais. Para Costa (2004, p. 04), há dois processos em andamento: “[...] o processo de globalização (igualização) e em contrapartida o processo de regionalização (diferenciação). O primeiro sob o ponto de vista econômico, o segundo no aspecto sociocultural [...]”. Corroborando com esse posicionamento, Hall (2006) esclarece que o que está em pauta é a tensão entre o global e o local na busca por identidade.

No Brasil, um exemplo de luta pela manutenção da identidade em face da globalização cada vez mais presente, desde os grandes centros até as comunidades mais longínquas, é a dos povos indígenas, que desde o processo de colonização tem tido perdas significativas de etnias, línguas e costumes. Contudo, mesmo inseridos no contexto de globalização pujante, os indígenas ainda mantêm diversas tradições, como a pintura dos

rostos, os acessórios típicos, as orações feitas para divindades, as danças, entre outras (COSTA, 2004). A identidade dos camponeses e/ou agricultores familiares também está permeada no processo de globalização e tem sobrevivido aos diversos sistemas de produção impostos ao longo da história, sem que se apaguem por completo os elementos que constituem sua identidade, que de acordo com Almeida (2006) se caracteriza pela reciprocidade, pelas relações de ajuda mútua, pela sociabilidade, pela policultura e por seu modo de organização: terra, família e trabalho. No nosso entendimento, mesmo diante dos movimentos que conectam pessoas, costumes, culturas, religiões, gostos e entendimentos, os indivíduos mantêm-se sempre remetendo aos seus códigos e elementos de origem.

Para Verkuyten (2010), a busca por identidade é um indicativo de incertezas sobre si mesmo, e a constituição dessa identidade é complexa, confusa e multifacetada. Já Sgard (2015) assinala que a construção de uma identidade, individual ou coletiva, é um processo em constante mutação, pois as pessoas mudam, os territórios são transformados, o olhar sobre a vida, as referências e os códigos culturais evoluem permanentemente. Desse modo, como afirma Hall (1997, p. 13), “[...] o sujeito assume diferentes identidades em diferentes momentos [...]”. A afirmação de Hall corrobora com o pensamento de Ciampa (1987), que estuda a identidade de Severino, personagem do poema “Morte e Vida Severina”, de João Cabral de Melo Neto, e entende identidade como uma constante transformação, que advém da história pessoal e do contexto social e histórico no qual o sujeito está inserido. No caso do personagem em questão, definia sua identidade pela família à qual pertencia, pelo histórico dos seus antepassados, pela região geográfica à qual pertencia, sendo a sua história e identidade a história personificada.

Dubar (1997, p. 104) coaduna com o pensamento de Ciampa (1987), ao dizer que “[...] a identidade nunca é dada, é sempre construída e a (re) construir [...]”. Enquanto para Bauman (2005) a identidade é uma autodeterminação do eu postulado, e mostra-se a partir de um esforço e uma construção, que vem a partir de um sentimento de pertencimento.

Com relação à identidade dos agricultores familiares e/ou camponeses, Silva (2014, p.87) discorre que: “[...] a identidade camponesa é coletiva, construída na relação dialética com as identidades individuais e com as formas identitárias de outros atores, isso realimenta constantemente, mas em contextos imperialistas pode sofrer ações destrutivas [...]”. Já para Hall (1997), essa identidade parte das relações de poder; ser

camponês é assumir uma identidade coletiva de resistência perante as ações imperialistas do capital; há uma valoração negativa ao qual o campesinato foi e é submetido.

Uma das formas de remeter à identidade são os símbolos. Como afirma Cardia (2011), os símbolos são “ferramentas de lembrete de identidade”, os quais permitem a criação de vínculos entre pessoas que pertencem aos mesmos grupos, mas que não se conhecem, nem se relacionam cotidianamente. De acordo com Cardia (2011, p.03), “[...] os símbolos expressam a presença de algo ausente ou impossível de perceber, algo cuja existência ou conhecimento dependem um pouco do próprio símbolo [...]”. A identidade carregada nos símbolos podem ser: religiosas, classe social, partidos, nações, agremiações esportivas.

A palavra símbolo vem do grego *sumbàllein*, que significa “juntos”, e de acordo com Cardia (2011, p. 03) pode ser:

Individual ou coletivo: o primeiro é um símbolo que poderíamos chamar de autobiográfico, pois sintetiza e lembra uma história humana, talvez de amor; o **símbolo coletivo**, por outro lado, **é um símbolo que representa uma crença ou paixão compartilhada por muitos indivíduos** [tradução e grifo nosso].

Para Cardia (2011), os símbolos são uma construção cultural, uma representação convencional, que significa não apenas uma coisa, mas a interpretação e a evocação dessa. Os símbolos têm capacidade de evocar complexos conceitos emocionais, e capacidade de sintetizar mensagens e fazer uma comunicação direta. Esses se tornam instrumentos de poder, legitimando e justificando práticas sociais (CARDIA, 2011). Os símbolos comunicam e integram socialmente os partícipes daquele grupo:

Os símbolos são instrumentos por excelência de integração social – enquanto instrumentos de conhecimento e de comunicação, eles tornam possível o *consensus* acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social, a integração lógica é a condição da integração moral (Bourdieu, 1989, p. 10).

Refletimos, por conseguinte, que através dos símbolos é possível manter a memória viva dos grupos sociais, em meio ao processo de globalização, que desde a Revolução Industrial tem transformado cotidianamente a vida das pessoas, desde as mais urbanizadas até as que vivem nas áreas rurais mais distantes. As transformações das épocas modernas fizeram com que as pessoas se dispersassem, e com elas as memórias dos seus grupos, havendo dessa forma a necessidade de criação de símbolos e/ou elementos que as unam mesmo que de modo virtual e a distância.

Para Halbwachs (1990), a memória é formada pela união de diversos sujeitos do mesmo grupo social, em que cada membro se reporta a episódios singulares ou plurais, criando nos demais a construção de uma memória coletiva. Conforme o autor, para haver a reconstrução das memórias são necessários dados, elementos e noções comuns entre as memórias individuais e as memórias coletivas. Com a manutenção da memória dos grupos sociais é possível manter a coesão interna e defender as fronteiras do que os grupos têm em comum (POLLAK, 1989). Para a manutenção dessa memória, é necessário que ela seja organizada de tal forma que os indivíduos que pertençam a ela não deixem de se reconhecer nas imagens, fatos e interpretações dos fatos históricos.

Pollak (1989) afirma ainda que a memória sobrevive ao desaparecimento de instituições que representem as minorias, e seu legado sempre vem à tona em momentos de crise. Partindo do pressuposto de que os momentos de crise fazem sobressair a memória das minorias, em contraposição à memória oficial, como podemos analisar a retomada, por parte da população, da busca por alimentos que proporcionem – no ato de comer – um encontro com a cultura local, com o saber tradicional e com a manutenção de costumes e tradições?

De acordo com Leão (2013), na década de 1970, no âmbito da Conferência Mundial de Alimentação, já se tinha identificado que era necessário garantir a regularidade do abastecimento de alimentos, criando assim subsídios para a expansão da Revolução Verde⁴, que veio a ocorrer nos anos 1980. Contudo, mesmo com os ganhos de produtividade na agricultura, não houve a eliminação da fome, pois havia falta de acesso à renda e à terra. Assim sendo, buscando sanar a fome, e como resposta dos movimentos sociais camponeses às políticas agrícolas neoliberais, criou-se em 1996 o conceito de soberania alimentar:

O direito dos povos de definir suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito à alimentação para toda a população com base na pequena e média produção, respeitando suas culturas e a diversidade de modos camponeses, pesqueiros e indígenas de produção agropecuária, de comercialização e de gestão dos espaços rurais, nos quais a mulher desempenha um papel fundamental. A soberania alimentar **favorece a soberania econômica, política e cultural dos povos**. Defender a soberania alimentar é **reconhecer uma agricultura com camponeses**,

⁴ A Revolução Verde é um modelo baseado no uso intensivo de agrotóxicos e fertilizantes sintéticos na agricultura. É um conjunto de estratégias e inovações tecnológicas que teve como escopo alcançar maior produtividade através do desenvolvimento de pesquisas em sementes, fertilização de solos, utilização de agrotóxicos e mecanização agrícola (SERRA et al., 2016).

indígenas e comunidades pesqueiras, vinculadas ao território; **prioritariamente orientada a satisfação das necessidades dos mercados locais e nacionais**. [...] (*Declaração final do Fórum Mundial de Soberania Alimentar*, assinada pela Via Campesina, Havana, Cuba/2001, apud LEÃO, 2013, p. 19-20 – *grifo nosso*).

Acreditamos que a retomada de parte da sociedade pela busca de alimentos oriundos de uma agricultura que produz com sustentabilidade ambiental e social pode ser vista como um retorno da memória coletiva pela busca de alimentos limpos e saudáveis. Principalmente pelo fato de o Brasil ser o maior consumidor de agrotóxicos do mundo; pelos informes, recorrentes, referentes à degradação ambiental vinculada à agricultura de ponta; pela existência de grãos transgênicos na composição das dietas de animais de produção; pela utilização de antibióticos e hormônios de crescimento.

Sabendo que os alimentos e hábitos alimentares são a expressão da cultura, da memória e da história de um povo – pois, como coloca Bessis (1995, p. 10), “[...] diz-me o que comes e te direi qual deus adoras, sob qual latitude vives, de qual cultura nasceste e em qual grupo social te incluis [...]”; e sabendo que os agricultores familiares partem dos valores simbólicos dos alimentos para organizarem as suas estratégias de trabalho, que sustentam a reprodução social do seu modo de vida; e que o seu trabalho, além de produtivo, também é simbólico e cheio de significações, favorecendo desta forma a construção da sua identidade social como agricultor familiar (GAZZOLA; SCHNEIDER, 2007), poderíamos apontar que a procura por produtos de origem da agricultura familiar e/ou camponesa é a retomada de uma memória coletiva que demanda alimentos com história, cultura, sustentabilidade econômica e social. Alimentos com significados que remetam às memórias individuais e/ou coletivas.

Uma forma de fazer agricultura: vários significados

Como bem assenta Lamarche (1993, p. 18), “[...] a exploração familiar não é elemento da diversidade. Mas contém toda diversidade [...]”. A forma de produção familiar tem como base uma unidade de produção gerenciada pela família. Em termos conceituais, para se considerar agricultor familiar é necessária a associação: gerenciamento da produção e mão de obra realizada pelos membros da família.

A agricultura familiar é aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho, vêm de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento. Que esta definição não seja unânime e muitas vezes tampouco operacional. É perfeitamente compreensível, já que os

diferentes setores sociais e suas representações constroem categorias científicas que servirão a certas finalidades práticas: a definição de agricultura familiar, para fins de atribuição de crédito, pode não ser exatamente a mesma daquela estabelecida com finalidades de quantificação estatística num estudo acadêmico. O importante é que estes três atributos básicos (gestão, propriedade e trabalho familiar) estão presentes em todas elas (ABRAMOVAY, 1997, p. 3).

Para Wanderley (1999), agricultura familiar é aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo. Essa forma de fazer agricultura contempla grande diversidade cultural, social e econômica, variando desde o campesinato tradicional até a pequena produção modernizada. A sua lógica de produção difere da agricultura moderna. Como nos pontua Wanderley (2009), a agricultura moderna caracteriza-se por ampla integração ao mercado, já a agricultura familiar precisa redefinir o seu funcionamento na unidade familiar, a sua lógica produtiva e racionalidade junto aos mercados, pois como nos aponta Ianni (1996, p. 41), “a racionalidade da organização familiar não depende da família em si mesma, mas, ao contrário, da capacidade que esta tem de se adaptar e montar um comportamento adequado ao meio social e econômico em que se desenvolve”.

Depoimentos de dirigentes sindicais sintetizados por Picolotto (2014, p. 80) mostram as suas expectativas e entendimentos sobre agricultura familiar: “Agricultura familiar é pai, é mãe, é filho, é o grupo familiar que tá naquela família, naquela propriedade” – Heitor Schuch, ex-presidente da Fetag. Os depoimentos mostram a forte participação da família na vida produtiva e reprodutiva da categoria:

Se tu vai dizer “pequeno agricultor” parece que tá dizendo que é só o homem, lá. Então a “agricultura familiar” quer dizer que envolve homem, mulher e jovem. Então agricultura familiar é onde todo mundo faz parte – Dilva Brum, Coletivo de mulheres da Fetraf-Sul (PICOLOTTO, 2014, p. 80).

No Brasil, a categoria é regulamentada pela Lei da Agricultura Familiar (Lei n.º 11.326, de 24 de julho de 2006), que define oficialmente a “agricultura familiar” como categoria profissional e estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. No art. 3.º da referida lei são estabelecidos os critérios que definem o(a) agricultor(a) familiar, quais sejam: i) não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 módulos fiscais; ii) utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; iii) tenha percentual mínimo da renda familiar

originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; e iv) dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL, 2006). Contudo, como relatam DelGrossi e Marques (2010), antes da Lei n.º 11.326, a legislação brasileira já vinha tratando do tema, com o Estatuto da Terra (1964) e com a própria Constituição Federal de 1988, que protege da penhora a pequena propriedade rural onde a família trabalha, além dos benefícios para a categoria dados pela Previdência Social, que em 1991, por meio da Lei n.º 8.213, reconheceu parceiros, meeiros e arrendatários rurais, bem como pescadores artesanais, como segurados especiais do Regime Geral. Assim também a legislação de crédito especial para agricultores familiares, com o Programa de Geração de Emprego e Renda do Setor Rural – Proger Rural, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf e a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA (DELGROSSI; MARQUES, 2010).

Essa forma de fazer agricultura tem expressão em todos os continentes, e tem se revelado grande produtora de alimentos. A maior parte dos alimentos produzidos no mundo é cultivada e colhida por agricultores familiares, povos das florestas e das águas, o que dá a essa forma de fazer agricultura o protagonismo na luta contra a fome e a desnutrição no mundo. Segundo matéria publicada no G1 (2017), baseada no censo agropecuário de 2006, além da expressiva produção de alimentos, a agricultura familiar brasileira representa 36% de toda a riqueza produzida pelo campo.

A agricultura familiar traz um universo de valores e significados que necessita ser compreendido, para que esses valores e significados possam ser traduzidos em símbolos que remetam às memórias da forma de fazer agricultura familiar, fortalecendo assim a identidade da categoria. Essa forma de produção e reprodução vem sendo reconhecida pela sociedade brasileira, pela sua capacidade de produção e diversificação do meio rural. Como afirma Schneider (2003), a agricultura familiar contempla uma grande diversidade cultural, social e econômica, variando desde o campesinato tradicional até a pequena produção modernizada. Essa forma de fazer agricultura tem se diversificado também em atividades não agrícolas, como demonstra Del Grossi; Silva (2002, p.07), que ao analisar o meio rural e as suas modificações, aponta “[...]uma série de novas atividades surgindo no meio rural, ocupando pessoas em atividades agrícolas, mas principalmente também em atividades não agrícolas[...]”. Essa pluriatividade é compreendida por Carneiro (2006, p. 175) como um “[...] recurso às múltiplas atividades para complementar a renda [...]”, sendo assim um meio para manter a condição de agricultor.

Dessa forma, entendemos que, para criar símbolos que facilitem a identificação dessa forma de produção para a sociedade, é preciso conhecer e compreender o que caracteriza e unifica esse modo de fazer agricultura.

O mundo acadêmico tem elaborado, nas últimas décadas, diversos conceitos e fomentado discussões sobre o significado e as simbologias da agricultura familiar. De acordo com o pensamento de Hubscher (2001), esses sujeitos, que no imaginário popular são identificados pela natureza do seu trabalho, trazem consigo um modo de vida, uma cultura específica, que para alguns estudiosos pode ser chamada de civilização. Já Champagne (1986) reitera que, apesar da diversidade de atributos, há de fato uma característica que, nos dias de hoje, é comum a toda a população dessa categoria, que é a participação elevada dos membros da família na reprodução de bens e consumo para a unidade familiar.

Entendemos que a interação do meio rural com o meio urbano tem modificado algumas atividades no meio rural, fazendo com que os agricultores familiares busquem a pluriatividade como uma forma de obtenção de renda e permanência no campo. Esse pensamento é corroborado por DelGrossi; Silva (2002, p. 13) “[...] o que seguiu gente no campo brasileiro não foram as atividades agropecuárias, mas sim as ocupações não agrícolas [...]”.

Seguindo esse contexto de nova ruralidade, Picolotto (2014) explana que estudos realizados na França, Canadá, Polônia, Brasil e Tunísia apontam que, partindo da lógica familiar, organizam-se diversas formas de exploração, indo da exploração autônoma até aquelas plenamente inseridas no mercado. Para o autor, os agricultores familiares, na atualidade, representam atores sociais participantes plenos do progresso, da sociedade e das transformações na agricultura, estando organizados numa estrutura produtiva de base familiar, que resulta na produção de alimentos e geração de trabalho no campo.

Como pode ser observado, a agricultura familiar apresenta uma diversidade de significados, sendo necessário, portanto, uma grande sensibilidade para escolher o que melhor se adapta ao modo de ser e de fazer da agricultura familiar brasileira, que tem como premissa a produção diversificada de alimentos e a manutenção das culturas alimentares do país, as quais representam a história da nação brasileira, dos povos quilombolas, indígenas e europeus. É de se considerar também os fatores de inclusão econômica e social das pessoas do meio rural, contribuindo dessa forma para o equilíbrio social do país.

Sipaf – Identidade e pertencimento da agricultura familiar brasileira

Gandhi já falava, na década de 1920, que não queria que a sua casa fosse encurralada e as janelas fechadas, mas que todas as culturas da terra pudessem passear pela sua casa livremente. Entretanto, ele se recusava a aderir a outras culturas e viver como intruso na casa de outras pessoas. Esse famoso ditado diz respeito à importância da diversidade e da liberdade cultural, contudo enfatiza a necessidade de manter as suas raízes e não permitir que outras culturas excluam a sua, que é a sua base de sustentação, como indivíduo cosmopolita, aberto à pluralidade, tendo nas suas raízes um elemento de contribuição para a multiplicidade cultural. Como dispõe Verkuyten (2010), as pessoas têm olhado em direção às pequenas comunidades com as quais se identificam de forma fácil, por terem relações de proximidade e/ou poderem construir relações de reciprocidade, e orgulham-se de pertencerem e sentirem inseridos nessas, mesmo sendo seres cosmopolita.

Num contexto de (re)valorização do rural, do reconhecimento do papel das economias locais e do potencial das dinâmicas territoriais de desenvolvimento, a agricultura familiar tem ganhado força e reconhecimento (SCHNEIDER; CASSOL, 2014). O meio rural tem estabelecido diálogos com as cidades, fazendo com que os habitantes dos espaços urbanos o vejam com diferenciação e importância:

O meio rural pode passar a ser visto como valor indispensável ao futuro da sociedade, que assim se dispõe a lhe consagrar os recursos necessários, ao mesmo tempo em que os atores rurais podem passar a assumir novas funções sociais, precisamente como mediadores entre a sociedade global e os espaços rurais (WANDERLEY, 2009, p. 247).

Wanderley (2009) ressalta que a revalorização do meio rural como lugar de trabalho e vida povoa o campo e anima a vida social, opondo-se, ao mesmo tempo, à relação predatória do espaço rural praticada pela agricultura latifundiária. Entendemos que essa revalorização dos espaços rurais fortalecerá a categoria, que poderá manter e ampliar as reivindicações de elaboração de políticas públicas que contribuam para o fortalecimento, a valorização e a identificação da agricultura familiar perante toda a sociedade brasileira.

Instituído pela Portaria MDA n.º 45, de 28 de julho de 2009, e alterado pela Portaria MDA n.º 07, de 13 de janeiro de 2012, o Sipaf é

[...] sinal identificador de produtos, que por objetivo fortalece a identidade social da agricultura familiar perante os consumidores, informando e divulgando a presença significativa da agricultura familiar na produção de produtos [...] (Portaria MDA n.º 07/2012).

Com esse objetivo proposto, o Sipaf busca dar visibilidade aos empreendimentos da agricultura familiar que promovem a inclusão econômica e social dos agricultores, gerando emprego e renda no campo. A adesão ao selo é de caráter voluntário.

O Sipaf cumpre o objetivo de identificação dos produtos, trazendo uma promessa de valores específicos, como: produção vinculada à predominância de mão de obra familiar, uso racional do solo, resgate cultural de valores da gastronomia com a produção de ingredientes regionais, fortalecimento do turismo através do comércio local, redução de desigualdade social, inclusão social, manutenção de valores culturais, tradições e características folclóricas vinculadas ao campo e aos biomas nacionais, com geração de renda e respeitando a sociobiodiversidade brasileira.

Desde a implantação da política, em 2009, o Sipaf já conta com mais de duas mil permissões de uso, distribuídas entre cooperativas, associações, agricultores familiares individuais e empresas, beneficiando mais de cento e cinquenta e quatro mil agricultores e identificando a produção oriunda da agricultura familiar brasileira em mais de vinte e sete mil produtos (BRASIL, 2017).

Associados ao Sipaf foram criados dois outros selos de identidade, o Selo Quilombolas do Brasil, que identifica a produção de origem quilombola, e o Selo Indígenas do Brasil, para a identificação de origem dos produtos da agricultura familiar oriunda de terras indígenas. Partindo da Resolução n.º 02/14, da Reunião Especializada da Agricultura Familiar – REAF, que no seu art. 1.º resolve “[...] que os Estados-Parte adotem instrumentos nacionais de visibilidade dos produtos e serviços do setor sob a forma de “Selos da Agricultura Familiar”, foram criados selos de identidade em outros países do Cone Sul, como Argentina, Chile e Uruguai. Com essa recomendação, a REAF espera:

Que os referidos Selos da Agricultura Familiar sejam símbolos distintivos do setor, que sirvam para a identificação de produtos e serviços das/os agricultoras/es familiares inscritos nos Registros Nacionais da Agricultura Familiar dos distintos países, conforme o previsto na Decisão GMC N.º 20/14 e com base nos critérios estabelecidos na Resolução GMC N.º 25/07; bem como das organizações conformadas na sua maioria por estas/es agricultoras/es familiares e pelas agroindústrias que utilizem na elaboração de seus

produtos matéria-prima ou produtos provenientes maioritariamente da Agricultura Familiar” (REAF, 2014, p. 02).

Essa resolução visa o fortalecimento das identidades locais, compromisso ambiental, social, cultural, nutricional e econômico da agricultura familiar, ampliando dessa forma as fronteiras para comercialização dos produtos de origem do setor e estimulando o consumo responsável, promovendo a inclusão social e econômica dos agricultores familiares nas cadeias produtivas (REAF, 2014).

O Sipaf, assim como os demais selos da agricultura familiar, são símbolos do resultado das lutas da categoria, que ao longo dos anos vem conquistando espaços nas políticas públicas. Esses espaços podem ser representados pelas conferências para o desenvolvimento rural; pelas compras públicas, que na atualidade contam com a participação institucionalizada da categoria; pela elaboração de instrumentos legais – leis, decretos, regulamentos, estatutos – que formulam políticas para os agricultores familiares; além de linhas de crédito e assistência técnica especializada.

Dessa maneira, é interessante a criação de símbolos e/ou signos que deem visibilidade trivial à categoria, para além dos espaços onde ela é reconhecida, como os sindicatos, as confederações, empresas de prestação de Ater, ONGs, ministérios, secretarias, entre outros. Pois, como nos afirma Bourdieu (1997), a representação do mundo social é o produto de ações e de construções incontáveis que estão sempre sendo feitas e refeitas, de forma individual, coletiva, espontânea ou organizada. Para o autor, essas construções são reafirmadas com registros e *slogans* que contribuem para a produção de uma ordem social.

Apesar dos esforços de vários países para a construção de uma marca de identidade para a agricultura familiar, há inúmeros desafios para a sua consolidação, haja vista o poderio econômico da agricultura patronal, que não só impõe os seus normativos de produção e forma de fazer, como chega com ampla facilidade aos lares pelos mais diversos meios de comunicação existentes na atualidade, criando, em muitos casos, a concepção para a sociedade de que a agricultura comercial, além de tecnologicamente mais produtiva, é *pop*⁵, e que a agricultura familiar está inserida nesse contexto, embaraçando, dessa forma, o entendimento da sociedade para as peculiaridades já tratadas neste texto que tornam a agricultura familiar ímpar.

⁵ Campanha “Agro é Tech, Agro é Pop, Agro é tudo” – Campanha idealizada pela Rede Globo de televisão com o objetivo de mostrar à sociedade brasileira como a produção da agricultura moderna está no dia a dia das pessoas (g1.globo.com, 2016).

Analisando como os símbolos podem contribuir para a construção e o fortalecimento de uma identidade, Verkuyten (2010) assinala que essa construção envolve três processos – identificação funcional, normativa e emocional –, e que essa identificação tem elevada dependência com as características, as preferências e as necessidades do próprio indivíduo, associadas às circunstâncias em que este se encontra.

Como já relatado no texto, as identidades estão, na grande maioria dos casos, associadas a símbolos que remetem essa identificação a alguma região ou grupo social. De acordo com Cardia (2011), os símbolos podem ser individuais ou coletivos, e esses, por sua vez, são constantemente questionados, haja vista que uma determinada figura pode ser considerada ou não um símbolo, e também assumir diferentes significados em relação ao contexto étnico-cultural em que está inserido.

Isto posto, a construção de um símbolo que represente a complexa categoria social da agricultura familiar deverá percorrer o caminho das diferentes interpretações que são dadas à agricultura familiar, como as questões vinculadas à família, à inserção de pessoas na agricultura, à coletividade, às questões sociais, culturais e econômicas, além dos valores relacionados à segurança e soberania alimentar. Pois, como afirma Cardia (2011), para chegar ao significado de um símbolo, devem-se olhar os dados sensíveis em que ela se manifesta. Desse modo, podemos dizer que é fundamental perceber a presença da agricultura familiar além do campo de produtores de alimentos, e explorar a presença social dessa forma de vida na rotina do meio rural e meio urbano, possibilitando assim encontrar os significados de coletividade, grupo familiar, inclusão de gênero, diversidade alimentar e cultural, pluriatividade, entre outros a que o Sipaf nos remete.

Assim sendo, o Sipaf apresenta-se como símbolo do resultado das demandas políticas, culturais e morais que deram valores positivos aos agricultores familiares, por serem os mantenedores das culturas e dos saberes locais, produtores de alimentos, respeitando a diversidade, gerando renda e equilíbrio social para o campo e a cidade. E através desse reconhecimento jurídico e de estima social, possibilita aos agricultores familiares ver de forma positiva as suas propriedades e capacidade. Nestes termos, o selo pode propiciar a autoafirmação da categoria, trazendo respeito e orgulho para os agricultores e para os demais a sua volta, assegurando o reconhecimento do seu trabalho diário.

Verkuyten (2010) esclarece que o reconhecimento social depende da medida como a expressão da identidade é posta no comportamento verbal e não verbal da sociedade. Esse comportamento se funde quando a sociedade tem ao seu alcance

elementos que lhe propiciem correlacionar o seu dia a dia com a categoria em questão, nesse caso podendo ser representado por imagens, símbolos, ícones, representações que traduzam de forma fácil e clara a referida identidade. O reconhecimento dos governos, mediante a criação de uma imagem que representa a agricultura familiar, poderá contribuir para desenvolver esse comportamento verbal da sociedade brasileira com relação à agricultura familiar.

O fortalecimento da categoria agricultura familiar nos últimos anos resultou na ampliação das políticas públicas para o segmento, como a política de crédito (Pronaf), a Ater, as compras públicas (PAA e Pnae), o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), o Programa de Aceleração do Crescimento 2 (PAC2), o sistema de atenção à saúde animal e legislação sanitária (Suasa), a titulação de propriedade de terras públicas e regularização fundiária, entre outros que, além de possibilitar o acesso à terra, propiciam condições para o seu cultivo com técnicas qualificadas, garantindo dessa forma o atendimento às questões sanitárias e facilitando o acesso dos agricultores familiares aos mercados públicos e privados.

Essas políticas públicas proporcionam o reconhecimento da sociedade em relação à importância dos agricultores familiares como sujeitos e atores sociais que, além de produzirem alimentos, respeitando práticas e valores culturais, promovem a inclusão social e econômica de parte da população que trabalha no campo.

O Sipaf vem como signo que representa, para agricultores familiares individuais e representantes de entidades da agricultura familiar, um elemento de pertencimento de classe social; e, para a sociedade, como um símbolo que representa o trabalho a partir do núcleo familiar, onde há a inclusão de todos os membros da família; a manutenção com qualidade de vida das pessoas no campo e na cidade e, por conseguinte, minimização dos problemas sociais que afetam a sociedade de forma geral, tanto urbana, como rural; a produção de alimentos vinculada à manutenção da natureza e dos costumes alimentares que contam a história de um lugar, de um povo e de um país.

Entendemos que o Sipaf poderá propiciar a construção de uma identidade de autoafirmação para os agricultores familiares e trazer consigo a possibilidade de ampliar o reconhecimento da categoria ante a sociedade brasileira, garantindo assim que as conquistas obtidas pelos agricultores e agricultoras sejam mantidas e novos espaços sejam conquistados. Pontuamos, ainda, que por meio desse selo é possível que a sociedade brasileira amplie seu conhecimento sobre essa forma de fazer agricultura, de significativa importância para o país. Acreditamos que o Sipaf deva proporcionar o reconhecimento

do trabalho diário das(os) agricultoras(es) e suas famílias pela sociedade, através da visualização quotidiana da produção familiar nos alimentos que chegam a sua casa e dos serviços prestados pela categoria – turismo, gastronomia, entre outros.

Apesar de buscar a harmonia na construção da identidade da categoria agricultura familiar, sabemos que uma identidade plenamente unificada, completa, segura e corrente é uma fantasia, conforme nos alerta Hall (2006). Desta forma, a identidade da agricultura familiar é uma construção que se modela a cada nova conquista, e poderá ter no Sipaf uma simbologia de representação e comunicação com a sociedade.

Considerações finais

A busca de referências e posições acerca da simbologia da categoria agricultura familiar remete-nos a sua diversidade de produção, reprodução social e econômica. Partindo do elemento familiar fortemente presente nessa forma de fazer agricultura, é possível visualizar uma diversidade de valores e simbologias ligadas à categoria da agricultura familiar brasileira.

A constituição de uma identidade para essa categoria tem significativa importância para a unificação e o fortalecimento do grupo social, propiciando maiores avanços nas conquistas alcançadas, com a construção, a consolidação, a manutenção e o aprimoramento de políticas públicas para esse segmento. Além da manutenção da memória desses saberes tradicionais, que em variados casos contam a história da construção do nosso país e a nossa história como povo, mantendo assim a diversidade de alimentos trazida pela gente que constituiu e constitui esta nação, e dando à gastronomia brasileira o *status* de uma culinária das mais diversificadas do mundo.

O Sipaf surge como um símbolo de reconhecimento, pelo governo, das lutas desses atores sociais que nas últimas décadas assumiram papel de destaque nas ações do Estado, conferindo reconhecimento, pela sociedade, como figuras centrais na produção de alimentos, geração de renda e absorção de mão de obra no campo, inclusão produtiva de gênero e sustentabilidade ambiental dos sistemas produtivos de alimentos.

Esse reconhecimento torna-se cada dia mais importante, principalmente no que tange a produção de alimentos, hoje dominada por uma dezena de empresas do ramo alimentício, que além do poderio econômico para a distribuição de alimentos, chega ao consumidor através das mídias sociais e da grande mídia, impondo modos de produção e

consumo que exclui os agricultores familiares dos mercados convencionais, além de ofuscar o protagonismo da agricultura familiar no dia a dia das pessoas.

Mesmo diante das dificuldades para a construção de uma identidade simbólica da categoria agricultura familiar, sugerimos que o Sipaf - por muitos considerado a marca da agricultura familiar brasileira – seja aprimorado na sua conceituação como símbolo de identidade da categoria, podendo apoiar o seu caminhar de inclusão econômica e de reconhecimento social.

Referências bibliográfica

ABRAMOVAY, Ricardo. Paradigmas do Capitalismo Agrário em questão. São Paulo. Anpocs, Unicamp, Hucitec, 1992. “Uma nova extensão para a agricultura familiar”. In: Seminário Nacional De Assistência Técnica e Extensão Rural. Brasília, DF, Anais, 1997.

ALMEIDA, R. A. *(Re) criação do campesinato, identidade e distinção: a luta pela terra e o habitus de classe*. São Paulo: Unesp, 2006. 377 p.

BAIARDI, A.; ALENCAR, C. M. M. Agricultura familiar, seu interesse acadêmico, sua lógica constitutiva e sua resiliência no Brasil. *Revista de Economia e Sociologia Rural – RESR*, Piracicaba (SP), v. 52, supl. 1, p. S045-S062, 2014.

BAUMAN, Z. Identidade: Entrevista a Benedito Vecchi. Tradução, Carlos Alberto Mederiso. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005

BIANCHINI, V. Vinte anos do PRONAF, 1995 – 2015: avanços e desafios. Brasília: SAF/MDA, 2015.

BESSIS, S. **Mille et une bouches : cuisines et identités culturelles**. *Autrement*, 154, (Mutations/Mangeurs). 1995.

BOURDIEU, P. Une classe objet. In: *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, v. 17-18 – La paysannerie, une classe objet, p. 2-5, 1997.

_____. *O poder simbólico*. Lisboa; Rio de Janeiro: Difel; Bertrand Brasil, 1989.

BRASIL. MDA. SEAD. SAF. CASA CIVIL. *Selo de Identificação da Participação da Agricultura Familiar (Sipaf)*. 2017. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-sipaf/selo-de-identifica%C3%A7%C3%A3o-da-participa%C3%A7%C3%A3o-da-agricultura-familiar-sipaf>>. Acesso em: 11 set. 2017.

Brasil. Lei n.º 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm>. Acesso em: 29 de outubro de 2017

BROISIER, S. Crónica de una muerte frustrada: el territorio en la globalización. *Revista Lider*, Chile: Universidad de Los Lagos, año 8, n. 11, pp. 5-20, 2003.

CARDIA, C. *Il valore del simbolo*. Roma: Università degli Studi Roma Tre, 2011.

CARNEIRO, M. J. Pluriatividade da agricultura no Brasil: uma re-exatão crítica. In: SCHNEIDER, Sergio. **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

CIAMPA, A. C. (1987). *A estória do Severino e a história da Severina*. São Paulo: Editora Brasiliense.

CHAMPAGNE, P. La reproduction de l'identité. In: *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, v. 65, nov. 1986.

COSTA, G. J. M. Globalização e a perda da identidade de Estado-Nação. Monografia apresentada, como requisito parcial de avaliação, no curso de Especialização em Pensamento Político Brasileiro. Rio Grande do Sul. Julho de 2004. Disponível em: <http://www.angelfire.com/sk/holgonsi/getulio.html>>. Acesso em: 29 de outubro de 2017

CUCHE, D. A noção de cultura nas ciências sociais. Tradução: Viviane Ribeiro. Bauru: EDUSC, 1999.

DELGROSSI, M. E.; SILVA, J. G. O novo rural. Uma abordagem ilustrada. Londrina: Instituto Agrônomo do Paraná, 2002.

DELGROSSI, M. E.; MARQUES, V. P. M. A agricultura familiar no censo agropecuário 2006: o marco legal e as opções para sua identificação. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. 127-157, 2010.

DUBAR, C. (1997). Para uma teoria sociológica da identidade. Em *A socialização*. Porto: Porto Editora.

FAO – Food and Agriculture Organization of The United Nations. *Ano Internacional da Agricultura Familiar*. 2014. Disponível em: <<http://www.fao.org/family-farming-2014/pt/>>. Acesso em: 20 jan. 2017

_____. Agricultura familiar é responsável por 36% da riqueza produzida no campo. Disponível em: <<http://www.fao.org/family-farming/detail/en/c/852423/>>. Acesso em: 27 set. 2017.

GAZOLLA, M. SCHNEIDER, S. A produção da autonomia: os “papéis” do autoconsumo na reprodução social dos agricultores familiares. *Estud. Soc. Agric.* Rio de Janeiro, Vol. 15, no 1, 2007.

GLOBO. Agricultura familiar é responsável por 36% da riqueza produzida no campo. *GI*, 15 mar. 2017, Seção Agro. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/agronegocios/agro-a-industria-riqueza-do-brasil/noticia/agricultura-familiar-e-responsavel-por-36-da-riqueza-produzida-no->

campo.shtml>. Acesso em: 27 set. 2017.

GOFFMAN, E. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1988.

HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

HALL, S. A identidade em questão. In: _____. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução Tomaz T. da Silva e Guacira L. Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 1997. p. 7-23.

_____. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HUBSCHER, R. Réflexions sur l'identité paysanne au XIXe siècle: identité réelle ou supposée? *Ruralia – Revue de l'Association des Ruralistes Français*, n. 01, 1997.

INCRA. MDA cria selo para identificar produtos da agricultura familiar. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/mda-cria-selo-para-identificar-produtos-da-agricultura-familiar>>. Acesso em: 29 de outubro de 2017

IANNI, O. A era do globalismo. São Paulo: Civilização Brasileira, 1996.

KAGEYAMA, A.; BERGAMASCO, S. M. P. P.; OLIVEIRA, J. A. Uma classificação dos estabelecimentos agropecuários do Brasil a partir do Censo de 2006. In: Sérgio SCHNEIDER, S.; FERREIRA, B.; ALVES, F. (Org.). *Aspectos multidimensionais da agricultura brasileira: diferentes visões do Censo Agropecuário 2006*. Brasília: Ipea, 2014. 387 p.: il.

LAMARCHE, H. *A agricultura familiar: comparação internacional*. Tradução Ângela Maria Naoko Tijiwa. Campinas, SP: Unicamp, 1993.

LEÃO, M. *O direito humano à alimentação adequada e o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional*. Brasília: ABRANDH, 2013.

OXFAM. Behind the Brands. Food justice and the “Big 10” food and beverage companies. Fev/2013. Disponível em: <https://www.oxfam.org/sites/www.oxfam.org/files/bp166-behind-the-brands-260213-en.pdf>>. Acesso em 30 de Outubro de 2017.

PICOLOTTO, E. L. Os atores da construção da categoria agricultura familiar no Brasil. *Revista de Economia e Sociologia Rural – RESR*, Piracicaba, SP, v. 52, supl. 1, p. S063-S084, 2014.

POLLAK, M. Memória, esquecimento e silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

REAF – Reunião Especializada da Agricultura Familiar. Disponível em: http://www.cartillaciudadania.mercosur.int/uploads/REC_0022014_PT_Selo%20Agricultura%20Familiar.pdf>. Acesso em: 29 de outubro de 2017

SANTOS, M. *A natureza do espaço, técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. *Revista Brasileira Ciência do Solo – RBCS*, Viçosa, MG, v. 18, n. 51, p. 99-121, fev. 2003.

SCHNEIDER, S.; CASSOL, A. Diversidade e heterogeneidade da agricultura familiar no Brasil e algumas implicações para políticas públicas. *Cadernos de Ciências & Tecnologias*, Brasília, DF, v. 31, n. 2, p. 227-263, maio/ago. 2014.

SERRA, L. S. MENDES, M. R. F. SOARES, M. V. A. MONTEIRO, I. P. Revolução Verde: reflexões acerca dos agrotóxicos. *Revista do CEDS*. Brasília, DF, nº 4. Vol. 1. Jan/julho 2016

SILVA, E. B. Território e identidade territorial: elementos para a análise da agricultura agroecológica camponesa como caminho para permanência na terra no cerrado. *Élisée, Rev. Geo. UEG – Anapólis*, v.3, n.1, p.80-95, Jan./jun. 2014

SGARD, A. Entre l'eau, l'arbre et le ciel. *Géographie et Cultures*, n. 66, p. 121-138, 2008.

VERKUYTEN, M. *Identiteit en diversiteit: de tegenstellingen voorbij*. Pallas Publications – Amsterdam University Press, 2010.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, J. C. (Ed.). *Agricultura familiar: realidades e perspectivas*. 2. ed. Passo Fundo: Ediufe, 1999. p. 21-55.

_____. *O mundo rural como espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade*. Porto Alegre: UFRGS, 2009.